



## MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA E EDUCAÇÃO: organização espacial e territorial do MST na Paraíba

---

Mara Edilara Batista de Oliveira  
*Universidade Federal da Paraíba*

María Franco García  
*Universidade Federal da Paraíba*

### Resumo

Este artigo é parte integrante da Dissertação de Mestrado intitulada “Escola, Terra e Trabalho: a luta do MST por uma educação do/no Campo na Paraíba”, onde tivemos como objetivo analisar o processo de territorialização da luta por uma educação diferenciada do MST no Estado da Paraíba. Para o presente artigo priorizaremos as discussões em torno da organização espacial e a territorialização do MST na Paraíba, dando destaque à luta por educação. Para isso resgataremos o processo histórico de luta pela terra no estado desde as Ligas Camponesas até a chegada do MST, para então entendermos os desdobramentos do processo de organicidade interna deste Movimento. Partindo do entendimento que as diferentes formas de mobilização e de organização da luta do MST no campo no Brasil nos fazem compreender que os diversos processos de territorialização, devem ser analisados como um trunfo para além da conquista da terra, mas sim na luta pela permanência nela, que se manifesta na luta pela educação, saúde, entre outras. Em seguida daremos destaque ao processo de territorialização da luta do MST por terra e por educação nas áreas de assentamentos rurais na Paraíba.

**Palavras-chave:** MST, semi-árido, Paraíba, brigadas regionais.

### Resúmen

Este artículo forma parte de la Disertación de Master, intitulada “Escuela, Tierra y Trabajo: la lucha del MST por una educación del Campo en la Paraíba”, dónde tuvimos cómo objetivo analizar el proceso de territorialización de la lucha por una educación distintiva del MST en el

estado de la Paraíba. Para el presente artículo priorizaremos las discusiones en torno de la organización espacial e la territorialización del MST, para entonces comprender los desdoblamientos del proceso de la organicidad interna de este Movimiento. Partiendo del entendimiento que las distintas formas de movilización y de organización de la lucha del MST en el campo en Brasil nos hacen comprender que los diversos procesos de territorialización, devén ser analizados como un trunfo para alim de la conquista de la tierra, pero sin en la lucha por la permanencia en ella, que se manifiesta en la lucha por la educación , salute, entre otras. En seguida daremos destaque al proceso de la territorialización de la lucha del MST por tierra e educación en las áreas de asentamientos rurales en la Paraíba.

**Palabras-clave:** MST; semi-arid; Paraíba state; regional brigades.

## INTRODUÇÃO

Diversas são as ciências que entendem por movimento social uma categoria de análise importante para a apreensão da realidade. Os principais referenciais teóricos advêm da Sociologia e remetem ao entendimento desses processos como expressões ou formas de organização que adotam as sociedades, ao longo do tempo. Essas formas temporais, por serem sociais, possuem uma dimensão espacial. O estudo dos significados e sentidos espaciais que os movimentos sociais têm, ou seja, os processos de espacialização e a territorialização das suas lutas, são questões importantes para os geógrafos.

A luta pela terra e por educação das famílias trabalhadoras do MST apresenta uma configuração territorial singular na Paraíba, atrelada à própria história do Movimento no estado. Porém, outras formas de organização da classe trabalhadora e camponesa anteriores ao MST deixaram as suas marcas no território e na memória das lutas na Paraíba, e o seu significado é preciso retomá-lo neste momento.

**A história da luta pela terra na Paraíba: das Ligas Camponesas aos movimentos sociais no campo**

Tanto histórica como atualmente, a estrutura agrária brasileira engendra mecanismos sociais e políticos causadores da miséria, sendo seu suporte a concentração e a propriedade privada da terra, como afirma Garcia (2004):

O modelo agrícola do país, baseado na modernização hegemônica pelo agronegócio, gera desemprego rural ao não absorver a força de trabalho expropriada, além de intensificar a própria expropriação dos pequenos produtores de suas terras. A combinação desses dois fatores responde pela superexploração e precarização dos trabalhadores no campo pelo capital e pela dominação política da população rural pelas oligarquias tradicionais (GARCIA, 2004, p. 62).

A expropriação e marginalização do homem do campo no Estado da Paraíba resultaram na organização dessa classe na luta pela terra. Por volta de 1950, os trabalhadores se organizaram através das Ligas Camponesas Paraibanas, estado em que houve mais mobilizações e mais associados, tendo como principais lideranças João Pedro Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro. Em 1954, destaca-se a Liga de Sapé, que, logo em seguida, se extingue para ressurgir em 1958 com outras feições, não mais uma Liga doméstica, mas uma associação com sede na cidade de Sapé<sup>1</sup>.

Essa nova forma de organização da classe procurava mostrar que não era “coisa de comunista”, mas sim de *camponês*. Sobre esse termo, Martins (1995) afirma:

Essas novas palavras - *camponês e latifundiário* – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da história, das

---

<sup>1</sup> Por ter em mira a legalidade da associação, no primeiro encontro, foram convidados o juiz de Sapé, o prefeito, o médico e o chefe de polícia. A Liga instalou-se na própria prefeitura municipal de Sapé sob o nome de Associação. Seu presidente foi o camponês e militante João Pedro Teixeira, apesar de que oficialmente constara como presidente Severino Barbosa, pequeno proprietário da região (AUED et al., 2005).

lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra, camponês, não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (p. 22-23).

Segundo Pereira (2009), as Ligas surgem na Paraíba sob fortes formas de opressão:

Não somente a terra era cativa do latifúndio, mas também as relações de trabalho continuavam subumanas. Até o direito à sindicalização era negado ao camponês. Com o aumento do preço do açúcar, os usineiros se encontravam em plena ascensão e começaram a exigir mais dos moradores, posseiros e foreiros. Para tirar um morador da terra, o proprietário mandava os capangas desacatá-los e até desrespeitavam suas famílias. A polícia era legítimo escudo dos proprietários (p. 100).

Mesmo nessa conjuntura, para Morais (1986, *apud* PEREIRA, 2005), essa foi a Liga mais poderosa do Brasil. A base inicial foram uns mil e quinhentos moradores do Engenho Miriri, pertencente ao grupo Ribeiro Coutinho<sup>2</sup>. Parte deste engenho se situava em Sapé, e parte em Mamanguape, município vizinho. Camponeses de outras fazendas foram se associando, à medida que os companheiros de Miriri iam conquistando melhores

---

<sup>2</sup> Segundo Souza (1996 *apud* PEREIRA, 2009), o grupo Ribeiro Coutinho era o mais poderoso do Estado. Dominava grande parte da Várzea Paraibana. Tinha quatro usinas, sendo as mais importantes a Santa Helena, de Sapé e a São João, de Santa Rita, Espírito Santo, Sapé e Mari. Esse grupo elegeu, como governador, o usineiro Flávio Ribeiro Coutinho, além de manter um membro permanente no Congresso Nacional, cinco deputados estaduais, secretários de estado, vereadores e prefeitos de vários municípios.

condições de trabalho, como a redução das condições de pagamento do foro e a redução dos dias de cambão<sup>3</sup>.

As Ligas se espalharam pelo Litoral, pela Várzea, pelo Brejo e pelo Agreste da Paraíba, e se organizaram em vários municípios. Em 1961, foi criada, em João Pessoa, a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba (Fetag/PB), conhecida como a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, constituída por dezoito Ligas, o seu presidente foi Francisco de Assis Lemos, e como vice, João Pedro Teixeira (PEREIRA, 2009).

Para Pereira (2009), usineiros e latifundiários, incomodados com as denúncias e o crescente sucesso das ligas, começaram a usar a violência como forma de amedrontar os camponeses. Derrubavam suas casas, destruíam suas lavouras, expulsavam-nos de suas fazendas e usavam a polícia para intimidá-los, já que muitos policiais eram os antigos capangas e/ou pistoleiros, que ingressavam na Polícia por meio de apadrinhamento político.

Aliada aos usineiros e aos latifundiários, a Igreja Católica também se posicionou contra as Ligas Camponesas e contra os sindicatos criados pela esquerda, nesse período. Segundo Severino Bezerra Silva (2004, *apud* PEREIRA 2009):

O Movimento de Sindicalização Rural, criado no Rio Grande do Norte por Dom Eugênio Sales e estendido à Paraíba e a Pernambuco, tinha uma finalidade política bem definida: Frear os avanços de esquerda no campo, em especial, as Ligas Camponesas apoiadas pelo Partido Comunista Brasileiro. A Igreja Católica implementava uma campanha pela sindicalização rural, o que, popularmente, ficou conhecido como o “sindicato do padre”, com o objetivo de perseguir os camponeses envolvidos com as Ligas, acusando-os de comunistas (p. 105).

Em abril de 1964, após vários conflitos entre capangas, policiais e camponeses, e assassinatos de vários líderes das Ligas, entre eles o próprio João Pedro Teixeira, sob o comando de Elizabeth Teixeira, companheira de

---

<sup>3</sup> A principal bandeira de luta das Ligas Camponesas paraibanas era pelo fim do cambão, uma lei criada pelos patrões que obrigava o camponês e toda sua família a trabalharem gratuitamente de um a três dias por semana (PEREIRA, 2009).

João Pedro Teixeira, a Liga de Sapé chega ao seu fim, decorrente principalmente do Golpe Militar de 1964, onde as Ligas foram perseguidas e massacradas até sua extinção. Todos os camponeses foram dispersos, muitos deles fugiram, abandonando seus familiares, outros foram presos, torturados ou desaparecidos, entre eles as lideranças, como Negro Fuba e Pedro Fazendeiro.

Segundo Pereira (2009), mesmo abafado pelo golpe militar, o espírito de resistência, adquirido durante o período das Ligas, continuou presente nesses camponeses. Dessa forma, e agora com o apoio explícito da Igreja Católica, entre as décadas de 1970 e 1980, as lutas no campo se organizaram novamente. Inicialmente, foram os posseiros oriundos das Ligas que tomaram a frente.

A Igreja Católica cria a Pastoral da Terra, posteriormente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e surge assim uma rama articulada da Igreja em defesa dos homens e mulheres do campo. Essa organização, para Pereira (2009), foi fundamental no processo de construção de uma visão social e política dos grupos de trabalhadores rurais no Estado da Paraíba e no campo nordestino em geral.

A atuação da CPT na Paraíba, segundo Mitidiero Jr. (2008), surge com a experiência do Movimento da Igreja Viva; para este autor: “foi nessa experiência que nasceu o trabalho de base como forma de conscientização popular e que inspirou o trabalho da CPT na Paraíba até os dias atuais” (p. 294).

Com a vinda do Bispo Dom José Maria Pires para o estado em 1966, chegam com ele ideias revolucionárias e progressistas, baseadas nas fundamentações da Teologia da Libertação. Após alguns anos de atuação na Paraíba, acompanhando as mazelas da classe nos trabalhadores e dos camponeses, no estado, Dom José afirma que o papel da *Igreja é ser povo*. A ação institucional iniciada pelo bispo para alcançar tal objetivo concretizou-se no movimento Igreja Viva<sup>4</sup>, em 1969. O Movimento Igreja Viva fez desabrochar várias experiências de educação popular na Paraíba e abriu uma brecha para a renovação teórica da reflexão pedagógica como contestação da postura elitista e assistencial das elites educacionais (MITIDIERO Jr., 2008).

---

<sup>4</sup> Esse movimento possibilitou que a Igreja partisse do centro para a margem, possibilitou ainda à Igreja ser presença nas comunidades trabalhadas, deixando de lado a tradicional distância entre a instituição religiosa e o seu rebanho (MITIDIERO, Jr. 2008).

Porém, o surgimento da CPT na Paraíba só se deu de forma concreta no terceiro momento<sup>5</sup> da atuação da Igreja nesse estado, que Mitidiero Jr. (2008) nomeia “a Igreja de corpo e alma”. Inicialmente a Igreja no estado, na pessoa do bispo Dom José, não aceitou a imposição da Igreja a nível Nacional, que quis impor a fundação da CPT no estado, afirmando que era uma imposição colocada de cima pra baixo, e pela influência do forte “basismo” que marcava a atuação da Igreja na Paraíba. Os formadores da Pastoral Rural da Paraíba não concordaram imediatamente com a transformação desta na representação da CPT-PB. Justamente por essa diferenciação política, a CPT não tinha a nível nacional esse trabalho de base, de ir para o meio dos agricultores, ela não tinha quadros que ficassem nas comunidades. A transformação da Pastoral Rural da Paraíba em CPT-PB deu-se como resultado do agravamento das condições de trabalho dos/as membros/as desta pastoral por todo o Nordeste. O fato determinante para esse agravamento foi, segundo Mitidiero Jr (2008), a substituição deliberada pelo Vaticano de Dom Hélder Câmara pelo bispo *ultraconservador* Dom José Cardoso. Essa medida significou o fim das ações de Dom Hélder na formação da *Igreja dos Pobres* e a remoção de todos aqueles clérigos seguidores das suas ideias.

Frente aos grandes problemas vividos, com essa mudança de representatividade da Igreja no estado, a Pastoral Rural da Paraíba teve que recorrer à CPT Nacional, principalmente para a construção do Encontro Regional sediado na época pela Paraíba. Esse momento serviu para estreitar os laços e transformar a Pastoral Rural em CPT. Foi desde 1988 que a atuação da Igreja no campo, na Paraíba, desenvolveu-se como parte integrante da CPT.

A postura da CPT no estado se pautou, desde a sua chegada, na defesa intransigente dos pobres da terra. Seu trabalho, não se resumiu ao simples apoio à luta. Para Moreira e Targino (1997), o trabalho da CPT foi amplo abrangendo: a prestação de serviços de assessoria jurídica para os trabalhadores rurais; a denúncia de violência de policiais e capangas de fazendeiros no estado contra os trabalhadores no campo; o acompanhamento quase diário dos trabalhadores rurais em conflito; a divulgação dos fatos, como assassinatos de trabalhadores no campo, em nível local, nacional e internacional; a organização das romarias da terra<sup>6</sup>; o

---

<sup>5</sup> Em sua tese de doutorado, Mitidiero Jr. (2008) divide a atuação da Igreja na Paraíba em três momentos: 1º Momento: a Igreja tão perto e tão longe do povo; 2º Momento: a Igreja é povo; e 3º Momento: a Igreja de corpo e alma.

<sup>6</sup> As primeiras cinco Romarias da Terra foram realizadas entre 1984 e 1991, na cidade de Trindade, onde há o único Santuário no mundo dedicado ao Divino Pai Eterno. Desde

trabalho de formação da consciência política dos trabalhadores rurais e uma assistência infra-estrutural por ocasião dos acampamentos, além de assistência médica aos trabalhadores que sofriam diversos processos de espoliação no campo, e cobertura financeira quando se fazia necessário (MOREIRA & TARGINO, 1997).

Se observarmos os dados do Incra (2008) sobre os conflitos no campo, podemos constatar que na grande maioria dos conflitos registrados no estado até década de 1980, a concretização da subordinação da exploração agropecuária à lógica capitalista se fez pela mudança nas formas de utilização do solo e nas relações sociais de produção. Assim, os grandes latifundiários de terra que detinham maior capital no estado procuravam explorar aquelas culturas que asseguravam uma maior lucratividade, mesmo que esta fosse gerada artificialmente pelos subsídios governamentais, com incentivos à política de créditos

O processo de expulsão da terra se iniciava seja com a morte do antigo dono, quando a terra passava a ser subdividida entre os herdeiros, seja por ocasião da venda da propriedade. Durante a administração dos antigos donos os moradores tinham garantidos os direitos adquiridos através dos contratos verbais feitos com os proprietários. O acesso à terra dos *foreiros*, *parceiros* e *posseiros*, mesmo que precário também era permitido. À transferência de titularidade e ao subsequente parcelamento do imóvel seguia-se, via de regra, um processo de venda. Na maioria dos casos, os trabalhadores não eram notificados, nem lhes era concedido o direito de preferência, garantido pelo Estatuto da Terra<sup>7</sup>. Esse descumprimento de lei

---

então, essas romarias estiveram sendo realizadas em rodízio por outras dioceses de Goiás. Foi a partir da 10ª Romaria da Terra que ela tornou-se também a Romaria das Águas.

<sup>7</sup> Oito meses após assumir o poder, o governo militar aprova a Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964, o chamado 'Estatuto da Terra'. Tratava-se de uma tentativa de apaziguar os conflitos no campo, que ganhavam força, em especial no Nordeste (Ligas camponesas) e no Sul (Master, encabeçado por Leonel Brizola). No papel, o Estatuto da Terra representava um avanço, vez que reconhecia a existência do latifúndio e estabelecia que as terras improdutivas eram passíveis de desapropriação. De acordo com o Estatuto, a propriedade de terra desempenha por completo sua função social quando, simultaneamente, favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores que nela laboram, mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais e ainda observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho. O que no papel representaria um avanço à questão agrária, na prática, se mostrava diferente. Sem qualquer eficácia, por inércia dos governos militares, o Estatuto da Terra serviu aos interesses do capital, facilitando o ingresso deste no campo, de modo que o camponês (aquele que deveria ser o grande beneficiado da Reforma Agrária) viu toda sua organização desmantelada pelo aparelho repressor e, ainda, longe da terra, teve maculada sua consciência de classe social, vez que, a partir de então, uma perspectiva

abria uma brecha para que eles recorressem à justiça, dando início à luta contra a expulsão-expropriação (MOREIRA & TARGINO, 1997).

Segundo Moreira e Targino (1997), os novos donos dessas terras, para não descumprirem as leis trabalhistas, no momento que adquiriam essas terras, pediam as casas dos moradores de volta, botavam gado nas posses e plantavam capim para ocuparem as terras de alguma forma. A esse processo os trabalhadores reagiam de várias maneiras: arrancando o capim ou a cana, plantados no lugar dos seus roçados, e refazendo-os através do sistema de mutirão; entrando na justiça com solicitação de manutenção de posse; acampando em praça pública; ocupando a sede local do Incra; denunciando a violência dos donos em nível regional, nacional e internacional, através da imprensa, da Igreja e de outras entidades de apoio.

Ainda no final da década de 1980 o MST organiza-se na Paraíba, como uma nova expressão da luta pela terra e pela conquista da Reforma Agrária. Desde o processo que levou a sua fundação, o MST, segundo Montenegro (s/d) define-se como uma forma de organização da classe trabalhadora no campo. Nas palavras do autor:

La perspectiva de los cambios que el MST promueve no se limita a soluciones parciales en el ámbito del sector agrario. Si bien su espacio prioritario de actuación es la resolución de la cuestión agraria y, en consecuencia, la mejora de las condiciones de vida de los trabajadores rurales que no se encuadran en las categorías-objetivo beneficiadas por las políticas de desarrollo rural, tanto por su discurso como por su práctica podemos afirmar que incorporan alternativas de transformación social (p. 06).

Foi nesse contexto de luta pela terra, em toda a década de 1980, que, na Paraíba, o número de assentamentos para fins de Reforma Agrária aumentou num ritmo acelerado. A Paraíba foi o segundo estado brasileiro em número de imóveis rurais desapropriados no final da década de 1990. Esse avanço, no processo de luta pela terra, é historicamente importante, pois amplas regiões do estado, que desde o início da colonização, sempre

---

empresarial e de desenvolvimento econômico passou a vigorar no tratamento da questão da terra no campo (BORTOLOZZI Jr. Flávio, 2008).

estiveram sob o domínio de algumas poucas famílias de oligarquia local<sup>8</sup>, hoje se encontram em processo de desapropriação para fins de Reforma Agrária ou já se tornaram assentamentos.

### **O MST na Paraíba**

Desde o processo que levou a sua fundação o MST define-se como uma forma de organização da classe trabalhadora no campo. Seguindo esse princípio de organização, os sem-terra vivenciaram diferentes experiências na construção do Movimento na Paraíba, em função das diferenças regionais dentro do estado. Como em grande parte do Nordeste, os trabalhadores e trabalhadoras organizados sob a sua bandeira encontraram fortes resistências para a se constituir enquanto um movimento social no campo.

A primeira ocupação de terras feita pelo MST na Paraíba foi no dia 7 de abril de 1989, quando cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais, oriundas de nove municípios da região do Brejo Paraibano, ocuparam a Fazenda Sapucaia, de propriedade do fazendeiro Camilo Oliver Cruz, com 2.400 ha, no município de Bananeiras. A fazenda era uma área de antigos conflitos de terra onde viviam em torno de 40 famílias de assalariados agrícolas em disputa permanente com o fazendeiro, reivindicando o uso da terra para o desenvolvimento de agricultura familiar e de subsistência já que, segundo o MST, a fazenda era improdutiva. Os trabalhadores foram despejados de forma violenta, porém permaneceram acampados próximos à área até o dia 3 de setembro do mesmo ano. Em função da falta intervenção do Governo em termos de desapropriação da área, as famílias juntaram-se a outras, totalizando o número de 320 famílias e ocuparam a Fazenda Maniçoba, no município de Esperança, onde permaneceram acampadas por um longo período, aguardando a emissão de posse da área (LAZARETTI, 2007).

No ano seguinte o MST realizou cursos de formação e articulação de base em diversos municípios do estado, entre eles: Pirpirituba, Guarabira, Cuitegi, Lagoa de Dentro, Mari, Alagoinha, Alagoa Grande, Araçagi, Bananeiras e Jacaraú. De 1991 em diante o MST-PB colocou-se, em termos de ação e mobilização, dentro da agenda do movimento em nível nacional priorizando, entre outras coisas, o trabalho de formação de lideranças e o desenvolvimento de novas técnicas educacionais junto aos trabalhadores, a grande maioria deles analfabetos e semianalfabetos.

---

<sup>8</sup> Sobre a discussão regional do domínio político das famílias de grandes latifundiários do Estado da Paraíba, ver ANEXO II.

Segundo lideranças do movimento no estado, as duas entidades que mais contribuíram para a organização, apoio logístico e demais tarefas necessárias, foram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a CPT. A CUT apoiou diretamente nas ocupações, nas negociações e assessoria jurídica. A CPT, com uma atuação mais direta, desempenhou um papel importante em termos de defesa e de organização dos trabalhadores rurais.

No Litoral da Paraíba (ver Mapa das Mesorregiões em anexo) o MST surge em janeiro de 1993, sob a coordenação de Nilza Pessoa e Jaime Amorim, e alguns militantes de Pernambuco, que articulavam a ocupação das terras do Abiá. Como afirma Pereira (2005):

Constata-se nesse período de acampamento uma presença contínua da militância do MST junto aos acampados, dialogando, orientando com firmeza e responsabilidade. O diálogo com base na Pedagogia Libertadora se fez presente entre o MST e os acampados. A luta pela conquista da terra iluminava todos os outros objetivos, uma militância vinculada às bases alimentada por uma mística e uma utopia (p. 139).

Conforme resgata Varela (2003), entre 1970 e 1996, a Paraíba foi palco de 194 conflitos de terra, distribuídos em 55 municípios. Para este autor:

A luta pela terra no estado não se restringe mais à luta para não deixá-la, ela se dilata na luta cotidiana para entrar na terra. São os expropriados latos que apesar de terem suas raízes no campo foram expulsos e levados ao desemprego involuntário ou mesmo ao lumpemproletariado, mas, que muitos daqueles não perderam a esperança de um pedaço de terra e da edificação de uma nova sociedade mais equânime. Esses trabalhadores há décadas, deixaram a consciência ingênua – o idiotismo da vida rural – em que viviam, e agora com a liderança do MST aguçaram uma consciência crítica, adquirindo não só uma real visão social, mas também política da questão, suplantando-se e propugnando com uma nova consciência crítica organizada por uma reforma agrária que leve a um

novo modo de produção e, que obviamente, substitua o modelo socioeconômico vigente, mediante um projeto democrático de desenvolvimento social para o país (p. 138-139).

Concordamos com o autor acima quando afirma que o MST tem sido um dos grandes responsáveis pela organização e politização dos demandantes por Reforma Agrária e dos assentados na Paraíba. Foi com essa organização na luta pela terra na Paraíba que o MST ganhou espaço e protagonismo na dinâmica geográfica do espaço agrário do estado. Essa dinâmica geográfica se expressa sob a forma de processos de espacialização e territorialização da luta do MST frente às suas diferentes bandeiras de luta.

Para compreendermos mais detalhadamente a ação do movimento no estado, apresentamos na sequência uma análise do processo de territorialização e de espacialização do MST na Paraíba, para apreendermos a forma como este agente produtor de espaço participa da configuração territorial do campo paraibano, e a sua influência no acesso à escola e à educação das famílias trabalhadoras sem-terra, assentadas e acampadas.

### **Territorialização e espacialização do MST na Paraíba**

As diferentes formas de mobilização e de organização da luta do MST no campo no Brasil nos fazem compreender que os diversos processos de *territorialização*, aqui sendo entendidos como a conquista e a construção de territórios, devem ser analisados como um trunfo para além da conquista da terra, mas sim na luta pela permanência nela, que se manifesta na luta pela educação, saúde, entre outras.

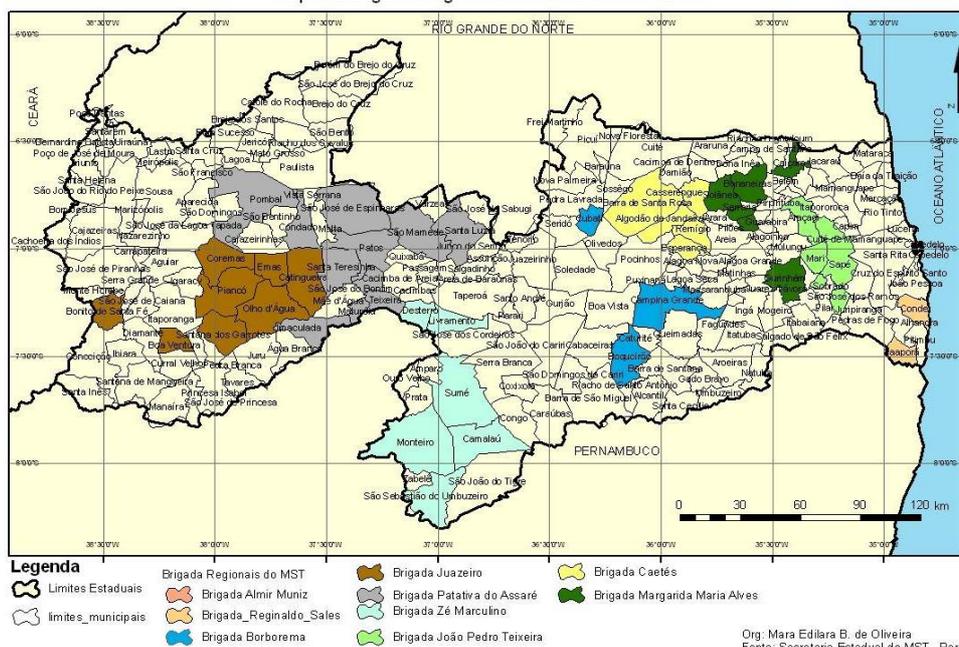
Para Fernandes (2000), essa territorialização se dá em tempos e espaços diferentes:

O *acampamento* é o espaço/tempo de transição entre a ocupação e a posse da terra. São formas de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do Movimento; o *assentamento* representa a territorialização do movimento,

entendida como apropriação de uma fração de espaço determinada. Este processo realiza-se através da projeção do trabalho, revelando relações de produção e conseqüentemente relações de poder diferenciadas (p. 67).

Atualmente o MST está organizado em *Brigadas Regionais*. Essa nova proposta de organização do MST que partiu, segundo o coordenador do Setor de Educação do MST na Paraíba, dos princípios *leninistas* e *marxistas* de produção, ainda, baseado no processo de organização da sociedade cubana pós-revolução, tem como objetivo organizar a militância em grupos territoriais, pensando a brigada como corpo autônomo que tem seu próprio poder de decisão (Secretaria Estadual do MST – Paraíba, 2010).

Mapa 02: Brigadas Regionais do MST na Paraíba - 2009



A organização espacial em brigadas é recente e remete a uma nova concepção do espaço, como estratégia de luta e resistência do MST. Uma brigada regional comporta aproximadamente 300 famílias assentadas e acampadas. O objetivo de organizá-las territorialmente a partir dessa escala de ação se justifica, segundo o MST, ante a necessidade de facilitar o fluxo de informações entre as diversas instâncias e a necessidade de

ampliar a participação dos assentados e acampados no processo de construção do próprio movimento no estado (OLIVEIRA, 2007).

Na Paraíba a discussão em torno dessa nova organização espacial se iniciou em 2004, porém a implantação da regionalização só ocorreu em 2005, ano em que o movimento reuniu todas as lideranças das antigas direções regionais para delimitar os critérios de uma nova configuração espacial da luta. Atualmente o MST-PB se configura em nove brigadas, como pode ser visto no Mapa 02 (p. 43). As direções das brigadas são compostas por um ou dois representantes da coordenação de cada um dos assentamentos/acampamentos no estado e por um ou dois representante de cada setor de atuação.

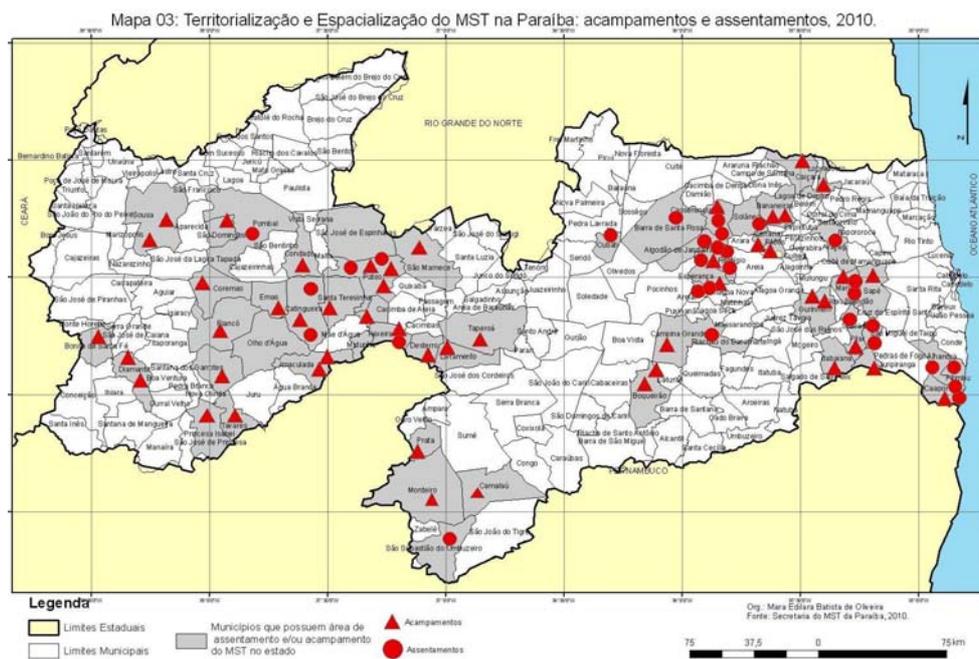
A toponímia dessas brigadas, em sua maioria, advém do nome dado a um dos assentamentos que integram a brigada. Na sua maioria, são os assentamentos mais antigos que cedem o nome às brigadas. Em outras ocasiões, os nomes fazem tributo a lutadores históricos ou fatos relevantes da luta pela terra no estado definidos coletivamente pelos membros de cada uma das brigadas, como é o caso da Brigada Regional Margarida Maria Alves, representante dos trabalhadores rurais no sindicato do município de Alagoa Grande.

Segundo os dados do Incra (2008), em uma pesquisa realizada com base em mais de 50% dos projetos de assentamentos localizados na região semiárida do estado e liderados pelo MST, a história de luta desses territórios, em sua maioria, surge do conflito por terra dos próprios moradores, arrendatários e parceiros das terras, onde se desenvolvem essas diferentes formas de renda da terra.

Em depoimentos recolhidos junto a militantes do MST na Estadual da Paraíba (2008), a organização espacial do MST em brigadas regionais na Paraíba contribuiu na atuação do movimento no estado, desde que tem facilitado a organização dos setores em cada instância do movimento, mesmo apresentando alguns problemas, como o levantado por uma das lideranças regionais: a difícil interligação entre as brigadas.

Diante desta configuração espacial, o MST tem levantado diferentes frentes de luta. Segundo a secretaria do MST no estado, após a conquista da terra para as famílias que hoje se encontram acampadas, a educação é considerada na Paraíba, de maior prioridade; essa constatação parte da realidade existente nas áreas de assentamento, das suas escolas e pelo elevado número de trabalhadores rurais jovens e adultos analfabetos no estado

No Mapa 03 observamos que a maior concentração de assentamentos liderados pelo MST está localizada na região central do estado. Esta região é conhecida como o Agreste Paraibano, região que historicamente se destaca na organização da classe trabalhadora e dos camponeses na luta pela terra e a reforma agrária na Paraíba. Em seguida, a Zona da Mata, região litorânea do estado, concentra nove assentamentos do MST, sendo que cinco deles contam com escola própria. Este dado é significativo se comparamos a situação dos restantes assentamentos do movimento em todo o estado, já que tão só existe uma escola do/no campo em área de assentamento fora desta região. Essa escola está localizada na região do Sertão, no interior do estado, no município de Patos. O fato dessa diferente distribuição espacial das escolas do MST no estado nos chama a atenção, especialmente quando nos remetemos ao processo de territorialização do movimento na Paraíba, a qual se inicia no Agreste, porém só se consolida quando o MST ocupa a região do Litoral Sul do estado.



Algumas regiões do estado da Paraíba, como é o caso da Mata Paraibana, já se encontram com uma paisagem bem modificada da década de 1980 e início da década de 1990, quando as plantações de cana-de-açúcar eram o cenário principal. Hoje, ainda que a monocultura da cana continue na Mata Paraibana, nas áreas de assentamento dos trabalhadores rurais essas paisagens estão sendo substituídas pela agricultura de base familiar camponesa que vem dinamizando socioespacialmente o estado, trazendo

uma sensível mudança na base econômica, social, cultural e política em cada região.

Mesmo com essas modificações na sua paisagem, a Paraíba apresenta graves problemas sociais. A implantação de assentamentos requer, além da terra, o acompanhamento e apoio do estado para a viabilização das famílias assentadas, assegurando-lhes as condições necessárias para a sua reprodução através de uma qualidade de vida satisfatória, que garanta condições efetivas de permanência.

A luta não é pelo acesso à terra, ser assentado significa outro momento da luta, sempre em movimento. Em algumas ocasiões, a perda de mobilização política do assentado, em relação à sua atuação quando acampado, fragiliza a luta por terra para todos e pela efetiva implementação de uma política massiva pela Reforma Agrária. Este é um dos obstáculos que o MST tem tentado superar através de mobilizações políticas dentro dos próprios assentamentos.

Observou-se, assim, que o processo de luta na Paraíba apresenta uma territorialização própria de sua luta. A luta pela terra neste estado aconteceu em torno de relações e contradições diferenciadas do Sul do país, por exemplo. No Sul do Brasil as primeiras organizações no campo ocorreram em torno da terra enquanto meio de produção, o uso da terra em si. No caso da Paraíba, assim como em quase todo Nordeste, as organizações camponesas estavam muito mais ligadas à questão agrária em si, ou seja, às condições principalmente de trabalho no campo, como se produzia e como se davam as relações de trabalho ou, ainda, de opressão dessa classe trabalhadora.

Para compreendermos como este movimento se organiza internamente e se configura na Paraíba, apresentamos, na sequência, uma breve análise de sua estrutura organizativa.

### **Estrutura e organização do MST na Paraíba**

O MST difere de todos os movimentos sociais de luta pela terra na história do Brasil por constituir-se num movimento nacionalmente organizado e por ter nascido com uma proposta socialista de sociedade, que se transformou ao longo dos anos de sua formação. Nessa nova sociedade, para o MST, a educação tem papel de grande importância na construção nas áreas de acampamentos e assentamentos, e na formação identitária dos trabalhadores rurais sem-terra.

Na Figura 01 (pág. 46) podemos constatar essa organização interna do MST em escala nacional, de forma esquemática. A primeira instância apresentada é a **Direção Nacional**, que é formada por 10 representantes do Grupo de Estudos de Políticas Agrárias – GEA, esse grupo é formado por pesquisadores e estudiosos da área; essa instância é composta ainda por dois membros (um homem e uma mulher) de cada **Direção Estadual**; e por um ou dois representantes de cada setor nacional que são onze no total representados na Figura 01.

A **Direção Estadual** do MST na Paraíba é composta por um ou dois representantes de cada uma das direções das Brigadas Regionais e por um ou dois representantes de cada um dos setores de ação nos que se divide e organiza o Movimento.

Nos assentamentos e acampamentos as **Coordenações** são formadas pelos representantes dos Núcleos de Base. Cada Núcleo reúne dez famílias assentadas/acampadas. Existem também, nesses espaços, os representantes de cada um dos Setores de atuação, pois eles estão presentes em cada uma das instâncias organizacionais nas que se estrutura o MST.

O MST na Paraíba está organizado em Setores, que são comissões coletivas com o objetivo de desenvolver alternativas às políticas governamentais convencionais, buscando sempre a perspectiva camponesa nas suas diferentes áreas de ação. Na Paraíba os setores são: educação, saúde, direitos humano, gênero, juventude e relações internacionais, cultura, comunicação, formação, projetos e finanças, produção, cooperação e meio ambiente e frente de massa.

Na Tabela 04 (p. 49), apresentamos os Setores do MST que estão organizados a nível estadual na Paraíba, apresentando suas funções, os objetivos e a filosofia ou natureza dos setores. Cada setor tem sua representatividade e importância na organização do movimento a nível estadual.

Destacamos entre eles o Setor de Educação, o qual tem como função planejar e executar ações educativas, com o objetivo de ampliar o número de escolas nas áreas de assentamentos rurais do MST com propostas educativas que venham a contribuir com a Reforma Agrária no país, tendo sempre como filosofia trabalhar a educação do campo a partir do sujeito e da realidade local como elemento central.

Essa filosofia se amplia ao analisar a proposta educativa que o MST apresenta a partir da criação do Setor de Educação do Movimento, esta proposta é analisada mais detalhadamente no próximo subitem.

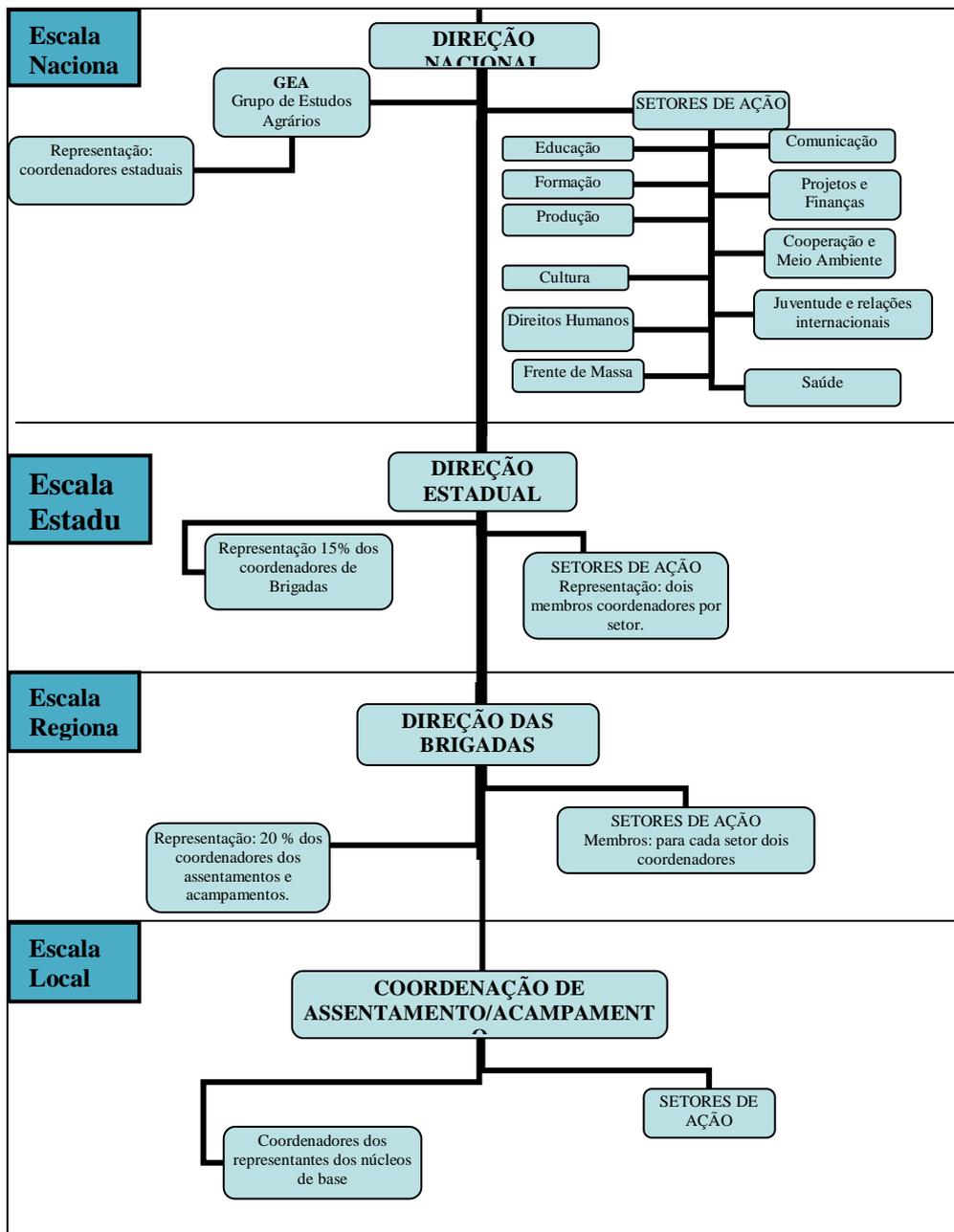


Figura 01: Estrutura Organizacional e Escalar do MST no Brasil – 2009

Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria do MST – 2007, João Pessoa – PB

Org.: Mara Edilara Batista de Oliveira

**Tabela 4.** Setores do MST organizados na Paraíba

SETORES	FUNÇÕES	OBJETIVO	FILOSOFIA/NATUREZA
Educação	Organizar, planejar e executar ações educativas	Implantar nos assentamentos uma proposta educacional que contribua para a reforma agrária verdadeira.	Trabalha a educação do campo tendo com elemento central o sujeito e a realidade local.
Saúde	Organizar palestra e cursos de capacitação bem como desenvolver alternativas às políticas governamentais convencionais.	Contribuir na melhoria da saúde da população buscando sempre a autonomia popular das famílias camponesas.	Trabalha com plantas fototerápicas, com alimentos saudáveis, na orientação do controle da natalidade e prevenção de doenças.
Direitos Humanos	Fazer contatos com advogados, organizar grupo para reivindicação, defender e esclarecer os direitos e deveres do cidadão	Garantir e preservar os direitos constitucionais dos cidadãos para que todos tenham vida digna.	Defende os injustiçados e excluídos da sociedade, seja nos tribunais, nas cidades ou no campo.
Juventude e relações internacionais	Organiza a juventude brasileira, estuda temas atuais, faz intercâmbio com jovens de outros países através de cursos e encontros.	Organizar e estimular a juventude para fazer um estudo crítico de realidade do país	Tem como base de luta a organização de grupo de estudo e as mobilizações populares.
Cultura	Promove eventos que fortaleçam a cultura popular, organiza grupos culturais.	Fortalecer a cultura popular e fazer desta um elemento de luta por uma sociedade justa.	Trabalha a cultura dentro de uma visão crítica e transformadora da sociedade.
Comunicação	Responsável pela elaboração de material informativo e de fazer contatos com outros órgãos	Disseminar pelo mundo as ideias revolucionária e /ou as reivindicações dos excluídos do mundo.	O setor de comunicação parte do princípio de que uma população bem informada é mais difícil de ser lesada.

	parceiros e responder os questionamentos da imprensa		
Formação	Organizar grupo de estudo, busca convênio com o governo para capacitação dos beneficiários da reforma agrária.	Elevar o nível de conhecimento da população brasileira para esta ser capaz de lutar por seus direitos e cumprir seus deveres de cidadãos de forma consciente.	No desejo de atingir os objetivos são realizados cursos formais e informais em 70% das áreas do conhecimento tanto no Brasil quanto no exterior.
Projetos e Finanças	Elabora projetos para arrecadação de fundos, faz os repasses dos recursos e presta conta destes.	Assegurar autonomia financeira da organização e execução das atividades.	São celebrados convênios com os governos Federal, Estaduais, Municipais e com organizações não gov. nacionais e estrangeiras.
Produção	Organiza cursos de capacitação, a produção nos assentamentos e discute políticas de comercialização.	Organizar os meios de produção dos assentamentos da reforma agrária buscando assegurar a soberania alimentar.	Trabalha com os núcleos de famílias, com planejamento da produção respeitando os costumes das famílias e a aptidão natural do assentamento.
Cooperação e Meio Ambiente	Organiza cooperativas de assentados para comercialização dos produtos e trabalha as questões ambientais.	Fortalecer a renda das famílias de maneira economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente correta.	Busca repassar produtos ao consumidor livre de agrotóxicos e pelo preço justo, é orientado o cultivo de culturas que não causem tanto impacto ambiental.
Frente de Massa	Organiza os trabalhadores para fazer ocupação nas áreas improdutivas	Organizar os trabalhadores para fazer ocupação e montarem novos acampamentos.	Faz o trabalho de base com as famílias que desejam acampar e espera a vistoria do Incra a uma terra improdutiva.

Fonte: Secretaria Estadual do MST–PB, 2008

Org.: Mara Edilara Batista de Oliveira

### **A bandeira de luta do MST por educação e a consolidação do Setor de Educação na Paraíba**

A educação se coloca para os movimentos sociais no campo, e especificamente para o MST, como um elemento fundamental no complexo desenvolvimento territorial da suas lutas. A educação é entendida também como um processo de formação humana na territorialização e espacialização do MST nos distintos estados da Federação Brasileira.

O MST tem duas frentes educativas: uma reside em seu caráter formativo e a outra na luta de resistência e permanência de escolas de qualidade que busquem uma educação diferenciada nos acampamentos e assentamentos rurais do movimento.

Quanto ao caráter formativo, partimos do princípio de Gohn (2005), quando ela afirma que “nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo, e o educativo surge de diferentes fontes” (p. 50), as quais podem ser resumidas em: aprendizagem gerada com a experiência de contato com as fontes de exercício do poder; aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe; aprendizagem das diferenças existentes na realidade social; aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento; aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento (GOHN, 2005).

Essas fontes e formas de saber, no caso dos movimentos, constituem um instrumento poderoso da classe trabalhadora, no sentido de atingirem seus objetivos. Este saber gera mobilizações e inquietações que põem em risco o poder constituído da classe capitalista e latifundiários. Desta forma, fragilizar os movimentos sociais se torna uma busca incessante do Estado, principalmente a partir de mudanças reformistas como foi o Programa EDURURAL na década de 1980.

O MST enquanto movimento social tem o seu caráter educativo. Segundo Caldart (1997),

O MST enquanto movimento de luta social e enquanto organização política dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, é o grande Educador/Formador de quem nele participa ou com ele se envolve, devendo, portanto, ser o polo propulsor do despertar da luta em busca de uma nova sociedade (p. 16).

Para os militantes do MST, o movimento educa as famílias que o integram à medida que as colocam como sujeitos enraizados no movimento da história (CALDART, 2004). Família de trabalhadores que vivem experiências de formação humana, próprias do jeito da organização da luta de classes, principal forma em que se apresenta o movimento da história, “partindo do princípio de que após o surgimento da propriedade privada dos meios de produção, a história da humanidade tem sido a história da luta de classes” (ORSO et al., 2008).

Segundo Caldart (2004), mesmo que cada pessoa não tenha consciência disso, cada vez que toma parte das ações do MST, fazendo sua tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir a identidade sem-terra, a identidade dos lutadores do povo, está se transformando e se reeducando como ser humano. Identidade aqui entendida como o movimento das negações constantes, seja na sua contradição principal, que é a de classes, seja nas demais contradições. Sobre isso Bogo (2008) levanta:

A questão da identidade está primeiramente ligada à categoria dialética “unidade e luta dos contrários”. Uma coisa não pode existir sem que haja o seu oposto, e somente pode se chegar à verdade, quando se conseguir encontrar o seu contrário assim como vida e morte, senhor e escravo, burguesia e proletariado. Estas são contradições que se enfrentam, por isso, uma, mesmo sendo oposta à outra, depende dela para existir com suas próprias características, novos contrários aparecem interligados (p. 27).

Nesse sentido é que se diferenciam os movimentos de classe e os movimentos populares:

Os movimentos que se estruturam a partir de objetivos táticos e estratégicos caminham para formar a organização política de sua força e a constituição de sua classe social, como é o caso dos trabalhadores sem-terra que, ao se organizarem, entram para a classe camponesa. Por sua vez, os movimentos populares tendem a alcançar os

objetivos táticos e se dissolvem, tendo em vista que deles participam vários grupos, em que o determinante é a identidade temporária como objeto (BOGO, 2008, p. 100).

Na construção desse processo de formação humana, o MST vem criando uma *pedagogia do movimento*, que, segundo Caldart (2004), é uma pedagogia que nos permite olhar para o processo de formação dos sem-terra como um processo educativo, e mais que isso, convida-nos a pensar na escola como um dos momentos/espços do processo educativo. Nessa prática pedagógica, o principal objetivo é recuperar a visão de educação como formação humana; da escola como um dos tempos e espaços dessa formação e; da teoria pedagógica, cujo objetivo é a compreensão do que é constituído como ação educativa e cultural, da socialização e formação de identidades, saberes, valores, da construção e apreensão do conhecimento. Como afirma Caldart (2004):

Isto não quer dizer que o MST tenha inventado uma nova pedagogia, mas ao tentar produzir uma educação do jeito do Movimento, os sem-terra acabaram criando um novo jeito de lidar com as matrizes pedagógicas ou com as pedagogias já construídas ao longo da história da humanidade. Em vez de assumir ou se filiar a uma delas, o MST tenta pôr todas elas em movimento e deixa que a própria situação educativa específica se encarregue de mostrar quais precisam ser mais enfatizadas num momento ou outro (p. 98).

A pedagogia do MST foi construída de acordo com as necessidades de adequação de pedagogias já construídas ao modo de vida dos sem-terra, desde o momento acampamento ao momento assentamento. Fazia-se necessária, portanto, uma escola que acompanhasse esse movimento e uma mobilidade da escola e de educadores a cada ocupação ou qualquer outro momento de luta pela terra, percebendo a transformação do movimento a cada passo dessa luta. Além dessa necessidade de acompanhar o movimento, a escola, para o MST, vai muito além da sala de aula: todo o seu processo de formação se dá durante a mobilização política dos trabalhadores e trabalhadoras, a “lida” com a terra, as passeatas, o

próprio processo de ocupação e demais processos de luta, tudo isso é considerado como ato educativo (CALDART, 2004).

A frente de luta de resistência e permanência das escolas nas áreas de acampamentos e assentamentos do MST, de acordo com sua história de luta no campo brasileiro, teve início desde o momento em que os trabalhadores sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas no campo, e isso aconteceu quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra.

As famílias sem-terra mobilizaram-se pelo direito à escola no campo brasileiro, pela possibilidade de uma escola que fizesse a diferença ou tivesse realmente sentido em sua história de permanência e resistência no campo. Essas famílias tomaram para si a tarefa de organizar e produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas e formar educadores e educadoras capazes de trabalhar nessa perspectiva. E a criação de um Setor de Educação dentro do MST, em 1987, formaliza o momento em que esta tarefa foi formalmente assumida.

Para o MST, é importante que os filhos dos agricultores permaneçam no campo e continuem a luta pelo acesso à terra partilhando as tradições e o projeto social do movimento. Em outras palavras, a luta por uma Reforma Agrária, e por uma sociedade socialista não deve parar jamais, pois somente assim se construirá o homem novo almejado pelo movimento. A educação é considerada fundamental nesse processo, pois “é a escola que garante o aprendizado da tradição” (BOGO, 2008, p. 108).

Por um lado a tradição é apreendida pela convivência, por outro, o ensino nas escolas nem sempre valoriza os aspectos culturais do meio. No Brasil a educação para áreas rurais sempre foi colocada em segundo plano. Embora o Brasil tenha elaborado a sua primeira Constituição em 1824, somente em 1934, mais de cem anos depois, a educação para a área rural mereceu destaque, isso porque naquele período iniciava-se a industrialização do Brasil e as máquinas exigiam trabalhadores alfabetizados. Segundo Bogo (2008), era preciso preparar força de trabalho antes de arrastá-la dos campos para as fábricas.

Para o pensamento da classe capitalista latifundiarista, no Brasil durante o processo de modernização do campo, a escolarização dos camponeses não era necessária, por estes terem habilidade ao cultivo com técnicas rudimentares. Quando a educação dos camponeses passou a ter alguma importância, foi por interesses meramente econômicos por parte dos capitalistas (BOGO, 2008).

Mas isso não se deu sem conflito. Antes mesmo do movimento revolucionário de 1930, quando começaram as reformas de ensino em

todo o país, já havia pressões localizadas, como a que ocorreu em 1920, em São Paulo, com a modernização de métodos pedagógicos e o incremento de escolas rurais, depois no Ceará, Minas Gerais e Distrito Federal, em 1928 (CANDIDO, 2003).

Porém, apenas com a Constituição de 1934 pudemos perceber uma preocupação do estado para a educação em zonas rurais, devido principalmente ao processo iminente de industrialização e maquinização do campo, que necessitava de homens com o mínimo de estudo para assumir esses novos postos de trabalho que essa transformação nas forças produtivas exigia. Sobre isso Bogo (2008) ressalta:

A Constituição de 1934 dedicou um parágrafo, no qual se acentuou a importância de dedicar 20% das cotas de recursos destinadas à educação para zonas rurais. Na verdade, o interesse das empresas urbanas não era nada humanizador, mas de dar um mínimo de capacitação para os futuros migrantes que deveriam, ao menos, conhecer as letras para servirem ao sistema de industrialização que se iniciaria a partir de 1930 (p. 110).

Atualmente a educação para as comunidades rurais continua sendo dever e obrigação do Estado, porém as escolas que atendem essas comunidades, em sua maioria, não estão localizadas nessas áreas, mas sim nas cidades. Assim, tendo que se deslocar por grandes distâncias, muitos trabalhadores camponeses desistem de continuar os estudos, essa é a realidade que encontramos nas áreas rurais da Paraíba, assim como em várias outras regiões do Brasil. Bogo (2008), ao falar sobre isso, ressalta a dificuldade desses trabalhadores de se chegar ao nível médio de ensino nesse país:

Mais recentemente já na década de 1990, com o fulgor do modelo neoliberal, a educação continuou sendo obrigatória e dever do Estado, mas realizada fora do universo rural. Criaram-se verdadeiras indústrias de transporte para deslocar diariamente as crianças e adolescentes de seus locais de origem para as escolas de ensino médio mais próximas, centralizadas em povoados e cidades (p. 110).

Outra problemática está ligada não só a extinção das escolas, enquanto espaços físicos, no campo, mas também do conteúdo próprio para a formação desses sujeitos sociais. Isso decorre principalmente devido os currículos serem empurrados “de cima para baixo” pelas secretarias de

ensino nas escolas, seja no campo seja na cidade, sem levar em consideração suas particularidades locais.

Lutar por uma educação de qualidade, ligada à organização de classe, é desafiar o poder da dissolução da escola e do sistema educativo, e construir um novo sistema ligado à cultura dos trabalhadores camponeses e de suas comunidades. Esta tomada de consciência por parte dos movimentos sociais no campo brasileiro ocorre diante da realidade educacional presente nas escolas dos assentamentos rurais, ou da inexistência de escolas nessas áreas, realidade esta que deve ser analisada com mais profundidade em outros momentos da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.

AUED, Bernadete Wrublewski et al. **Retratos do MST: Ligas Camponesas e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. Florianópolis: Cidade Futura, 2005.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais**. Campinas: SP: Autores Associados, 1999. (Coleção: polêmicas do nosso tempo)

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Espacialização e Territorialização da Luta Pela Terra: a formação do MST - movimento dos trabalhadores rurais sem-terra no Estado de São Paulo**, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Movimento Social como Categoria Geográfica. **Terra Livre**, nº 15, p. 59-85. São Paulo, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2005.

GARCÍA, María Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema.** Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Os Sem-Terra e os Desafios da Participação Popular no Meio Rural brasileiro: ação política e imagem neste final de milênio. Caderno – CRH – Faces do Novo Rural. 28 de janeiro de 1998. Salvador: UFBA.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A Produção a Ação Coletiva No MST: relações de poder e subjetividade.** Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e libertação nos Movimentos Sociais no Campo.** São Paulo: Hucitec, 1988.

MEDEIROS, Leonilde de Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEIRA NETO, Belizário. **Direito de Resistência e o Direito de Acesso à Terra.** Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

MÉSZAROS, István. **A Educação para além do Capital.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTENEGRO, Jorge. **La actualidad del conflicto entre el Capital y el Trabajo en el medio rural brasileño.**

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997.

MORIGI, Valter. **Escola do MST: uma utopia em construção.** Porto Alegre: Mediação, 2003.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MITIDIERO Jr. Marco Antônio. **A ação territorial de uma Igreja Radical:** Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2008.

MST. Como Fazemos Escolas de Educação Fundamental. **Caderno de Educação**, nº 9. São Paulo: Setor de Educação, 1999.

\_\_\_\_\_. **Concurso Nacional para Estudantes do MST:** as sementes são patrimônio da humanidade. Catálogo seleção de trabalhos de arte-educação, 2004.

\_\_\_\_\_. Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001. **Caderno de Educação**, nº 13 Edição Especial, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação Infantil Movimento da Vida Dança do Aprender. **Caderno de Educação**, nº 12. São Paulo: Setor de Educação, 2004.

\_\_\_\_\_. Educação de Jovens e Adultos Sempre é Tempo de Aprender. **Caderno de Educação**, nº 11. São Paulo: Setor de Educação, 2003.

\_\_\_\_\_. Educação no MST Balanço 20 anos. **Boletim da Educação**, nº 9. São Paulo: Setor de Educação, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Longa Marcha do Camponato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, vol. 15, nº 43, p. 185-206, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Geografia das Lutas no Campo:** conflitos e violência movimentos sociais e resistência os “sem-terra” e o neoliberalismo. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **Geografia do MST na Paraíba:** a luta por uma educação do /no campo no processo de territorialização do Assentamento Zumbi dos Palmares. Monografia (Geografia), UFPB, João Pessoa, 2007. 111 p.

ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria. **Educação e lutas de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das Cercas:** um olhar educativo sobre a reforma agrária. João Pessoa: Ideia, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Abrindo os Marcos Teóricos para os Entendimento das Ações Coletivas Rurais. **Caderno – CRH – Faces do Novo Rural**. 28 de janeiro de 1998. Salvador: UFBA, 1998.

VARELA, Francisco. **A Questão Agrária nacional e a Reforma Agrária na Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: Ideia, 2003.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, Trabalho e Educação: experiências socioeducativas em assentamentos do MST**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

VIA CAMPESINA - Brasil. **Direito de Todos os Camponeses e Camponesas**. Cartilha Educação do Campo, 2006.

Contato com o autor: maraeditara@hotmail.com; mmartillo@gmail.com

Recebido em: 07/11/2009

Aprovado em: 20/12/2009